

61.6%: 99.19

Elementos de Administração

**Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)**

Atena
Editora

Ano 2019

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Elementos de Administração

Atena Editora
Ponta Grossa - 2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E38 Elementos de administração [recurso eletrônico] / Organizador
Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Elementos de Administração; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-174-9

DOI 10.22533/at.ed.749191303

1. Administração. I. Silva, Clayton Robson Moreira da. II. Série.

CDD 658.4

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Elementos de Administração” compreende uma série com sete volumes de livros, publicados pela Atena Editora, os quais abordam diversas temáticas inerentes ao campo da administração. Este segundo volume, composto por quinze capítulos, contempla trabalhos com foco nas relações entre os indivíduos e as organizações e está dividido em quatro partes.

A primeira parte deste volume compreende quatro capítulos que reúnem estudos sobre liderança e desenvolvimento corporativo, proporcionando ao leitor uma compreensão sobre o papel da liderança na gestão e na motivação da equipe, assim como a importância do desenvolvimento humano nas organizações. A segunda parte contempla três capítulos que abordam o comportamento humano nas organizações, suas relações e o processo de estruturação da carreira. A terceira parte deste volume agrega dois capítulos que desenvolvem pesquisas sobre a diversidade nas organizações, proporcionando aos leitores a reflexão sobre a pluralidade dos indivíduos, por meio de dois estudos que abordam a homossexualidade no contexto do trabalho. Na quarta parte deste volume, são apresentados seis capítulos que abordam o comportamento do consumidor, possibilitando a compreensão dos fatores que motivam a compra de bens e a utilização de serviços, bem como outras relações que são desenvolvidas entre o consumidor e as organizações.

Dessa forma, este segundo volume é dedicado àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos e percepções sobre os “Elementos de Administração” com foco nas relações entre os indivíduos e as organizações, por meio de um arcabouço teórico construído por uma série de artigos desenvolvidos por pesquisadores renomados e com sólida trajetória no campo da administração. Ainda, ressalta-se que este volume agrega às áreas de gestão de pessoas e de marketing à medida em que reúne um material rico e diversificado, proporcionando a ampliação do debate sobre os temas e conduzindo gestores e pesquisadores ao delineamento de novas estratégias de gestão de pessoas e de marketing, por meio da ampla discussão sobre liderança, comportamento organizacional, diversidade e comportamento do consumidor.

Por fim, espero que este livro possa contribuir para a discussão e consolidação de temas relevantes para a área da administração, levando pesquisadores, docentes, gestores, analistas, consultores e estudantes à reflexão sobre os assuntos aqui abordados.

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

PARTE I – PARADIGMAS, ESTILOS E MODELOS DE GESTÃO PÚBLICA

CAPÍTULO 1 1

AGENDA 21: A GOVERNAMENTALIDADE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

Talita Ravagnã Piga

Nicole Cerci Mostagidoi

DOI 10.22533/at.ed.7491913031

CAPÍTULO 2 16

A “CONTRA REFORMA” DO ESTADO E OS NOVOS MODELOS DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Alessandra Aparecida Soares Calil

Elisa Maria Andrade Brisola

DOI 10.22533/at.ed.7491913032

CAPÍTULO 3 23

O JEITINHO BRASILEIRO COMO A PRINCIPAL CARACTERÍSTICA DA TEORIA BRASILEIRA DA ADMINISTRAÇÃO. UM CASO NA GESTÃO PÚBLICA

Ary Luiz de Oliveira Peter Filhodoi

DOI 10.22533/at.ed.7491913033

CAPÍTULO 4 42

INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO NA GESTÃO PÚBLICA: QUAIS OS RISCOS DA EXCELÊNCIA?

Roberto Alexandre Braga Gontijo

DOI 10.22533/at.ed.7491913034

PARTE II – CASOS APLICADOS NO SETOR PÚBLICO

CAPÍTULO 5 49

RESOLVE PALMAS: A INTEGRAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PRATICIDADE DA INOVAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS NA CIDADE DE PALMAS – TO

Romário Rocha do Nascimento

André Luiz Goffi

DOI 10.22533/at.ed.7491913035

CAPÍTULO 6 68

CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS E COMPRAS NA PETROBRAS: UM ESTUDO SOBRE OS RELATÓRIOS DA INSTITUIÇÃO NO PERÍODO 2016 A 2017

Eni Oliveira

Bárbara Oliveira de Moraes

Adalberto Oliveira Brito

DOI 10.22533/at.ed.7491913036

CAPÍTULO 7 84

O PROCESSO DE CONTRATAÇÕES NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO EM UMA ORGANIZAÇÃO MILITAR DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL

André Luís Baumhardt Zuliani

Mikaela Daiane Prestes Floriano

Isabela Braga da Matta

Leonardo Antônio Perez Rissotto

DOI 10.22533/at.ed.7491913037

PARTE III – FATOR HUMANO NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

CAPÍTULO 8 100

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DE SERVIDORES PÚBLICOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS PRÓ-REITORIAS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Wellington Matias Salomoni Mansano

Milton Augusto Pasquotto Mariani

Leandro Sauer

Geraldino Carneiro de Araújo

DOI 10.22533/at.ed.7491913038

CAPÍTULO 9 117

PRÁTICAS DE TD&E ADOTADAS EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Lana Montezano

Fernanda Drummond Ruas Gaspar

Rafaela Marcolino

DOI 10.22533/at.ed.7491913039

CAPÍTULO 10 132

GESTÃO DO CONHECIMENTO PARA A REDUÇÃO DOS IMPACTOS DA RETENÇÃO DE INFORMAÇÕES EM UM AMBIENTE DE MUDANÇAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Luiz Cláudio Ribeiro Machado

Leonardo Rodrigues Ferreira

Walber Santos Baptista

Danuzio Weliton Gomes da Silva

DOI 10.22533/at.ed.74919130310

PARTE IV – GESTÃO PÚBLICA E EDUCAÇÃO

CAPÍTULO 11 140

A ADMINISTRAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES ESCOLARES A PARTIR DA GESTÃO INTEGRADA DA ESCOLA (GIDE): UM ESTUDO EM UNIDADE ESCOLAR PÚBLICA NA REGIÃO SUL FLUMINENSE

Ellen Oliveira de Menezes

Janaína Machado Simões

DOI 10.22533/at.ed.74919130311

CAPÍTULO 12 157

A EFICIÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO JEQUITINHONHA EM RELAÇÃO A DOIS OBJETIVOS DO PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS

Fillipe Maciel Euclides

DOI 10.22533/at.ed.74919130312

CAPÍTULO 13 172

EFEITOS DA EDUCAÇÃO SOBRE A RENDA: DISPARIDADES REGIONAIS

Kalu Soraia Schwaab

Paulo Sergio Ceretta

Vanessa Rabelo Dutra

DOI 10.22533/at.ed.74919130313

**PARTE V – GESTÃO PÚBLICA, COMBATE À POBREZA E CRESCIMENTO
ECONÔMICO**

CAPÍTULO 14 189

O PAPEL DA GESTÃO PÚBLICA PARA O AUMENTO DA EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS DE
COMBATE À POBREZA

Cláudio André Gondim Nogueira

Sérgio Henrique Arruda Cavalcante Forte

DOI 10.22533/at.ed.74919130314

CAPÍTULO 15 208

COMÉRCIO INTERNACIONAL DOS ESTADOS BRASILEIROS: QUÃO DIFERENTES SÃO SEUS
EFEITOS SOBRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO

Fillipe Maciel Euclides

Fernanda Maria de Almeida

Fernanda Aparecida Silva

DOI 10.22533/at.ed.74919130315

SOBRE O ORGANIZADOR..... 220

A “CONTRA REFORMA” DO ESTADO E OS NOVOS MODELOS DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Alessandra Aparecida Soares Calil

Universidade de Taubaté, Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais
Taubaté/SP

Elisa Maria Andrade Brisola

Universidade de Taubaté, Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais
Taubaté/SP

RESUMO: A proposta deste texto é articular o estudo em face das mudanças introduzidas na organização do Estado pela ideologia neoliberal. Essa política gera a diminuição do tamanho do Estado, pregando o não intervencionismo estatal no mercado. Esse quadro resultou no movimento da Reforma do Estado, iniciado na década de 1990, com vistas a diminuir os gastos do governo, mormente no setor social. As tentativas de implantar um sistema gerencialista na administração pública mostraram-se ineficazes, com ganhos inexpressivos, gerando apenas uma precarização na prestação dos serviços públicos.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma do Estado. Gestão. Neoliberalismo.

ABSTRACT: The proposal of this text is to articulate the study in the face of the changes

introduced in the organization of the State by the neoliberal ideology. This policy generates the diminution of the size of the State, preaching the non-interventionism state in the market. This resulted in the State Reform movement, begun in the 1990s, aimed at reducing government spending, especially in the social sector. Attempts to deploy a managerial system in public administration have proved ineffective, with unimpressive gains, generating only a precariousness in the provision of public services.

KEYWORDS: State Reform. Management. Neoliberalism.

1 | INTRODUÇÃO

O tema da Reforma do Estado, tão presente nos debates atuais, sempre ronda nossa sociedade, ganhando mais ênfase em momentos de economia recessiva. No presente trabalho buscou-se apresentar, em apertada síntese, uma análise das propostas de reforma iniciadas no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), com forte influência do neoliberalismo e da globalização.

Num segundo passo, fez-se uma discussão sobre a gestão pública, analisando as tentativas de introdução de um modelo

gerencialista e do *New Public Management*, baseados nos princípios da administração privada, afinada com o ideal de redução do tamanho do Estado.

2 | METODOLOGIA

Trata-se de um estudo teórico de revisão bibliográfica, tomando por base nas obras de autores eminentes, sobretudo de uma linha crítica, pois as relações sociais, políticas e culturais, têm como pano de fundo as relações de produção e troca de produtos. Também foi lançado mão de artigos científicos atinentes ao tema.

3 | RESULTADOS

O neoliberalismo é definido por Anderson (1995) como o movimento teórico e político contrário ao Estado intervencionista e de bem-estar social, e configura-se no atual modelo do capitalismo mundial. Esse ideário neoliberal trouxe em seu bojo as exigências do mercado para que o Estado reduzisse seu tamanho e se operasse a desregulação da economia. Some-se ainda a esse quadro as transformações político-econômicas trazidas pela globalização, iniciadas no final do século XX, que levaram à distribuição de valores em escala mundial, acirrando a concorrência entre grupos empresariais transnacionais.

Nesse contexto resultam as tentativas de reforma do aparelho estatal. Contudo, conforme apresentado acima, tal ação se configurou numa “contra” reforma, pois o que se buscou, e ainda se continua buscando, foi um desmonte das conquistas sociais.

A reforma de Bresser Pereira teve, apesar da tentativa de denominá-la como “social liberal”, um caráter neoliberal, atendendo às necessidades do mercado. Houve redução com os investimentos sociais, fato que gerou tensão com os movimentos de garantias de direitos. Tal quadro tende a agravar-se com o novo ciclo (contra) reformista atual.

O modelo gerencialista na gestão pública, não se mostrou tão eficaz. Apesar da identificação de que o modelo burocrático, inspirado no pensamento de Max Weber, seria lento, custoso e ineficiente, as práticas gerenciais implantadas não se demonstraram superiores. A figura do gestor, inspirado nas figuras existentes na iniciativa privada, não se mostrou mais eficiente, apresentando-se tanto mais suscetível às pressões políticas e tão sujeito à corrupção como o burocrata.

4 | DISCUSSÃO

A reforma do Estado brasileiro proposta em 1995, no governo Fernando

Henrique Cardoso, capitaneada pelo então Ministro da Administração e Reforma do Estado Bresser Pereira, foi materializada com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, apresentado ao Congresso Nacional em agosto de 1995. Para Bresser Pereira (1998) não se tratava de uma reforma neoliberal, mas, de um projeto social-democrático ou social-liberal, pois não visava retirar o Estado da economia, mas aumentar a governança do Estado, dando-lhe meios financeiros e administrativos para que pudesse intervir quando o mercado não tiver condições de estimular a capacidade competitiva das empresas nacionais e de coordenar a economia.

Apesar da tentativa de dar um verniz social às reformas, as medidas implementadas pelo governo FHC basearam-se nos princípios neoliberais de diminuição do Estado, com a escolha do funcionalismo público como principal vilão e a reforma da administração como resolução dos problemas históricos do Estado brasileiro.

Segundo Behring (2008), Bresser Pereira acreditava que a única saída para o Brasil e América Latina sair do período recessivo dos anos 1980 era através de uma rigorosa disciplina fiscal, com privatizações e liberalização comercial. E ainda, que o Estado, em função de seu caráter cíclico e mutável, iria chegar a um modelo social-liberal.

“Esse modelo, segundo Bresser, não pretende atingir o Estado mínimo, mas reconstruir um Estado que mantém suas responsabilidades na área social, acreditando no mercado, do qual contrata a realização de serviços, inclusive na própria área social” (BEHRING, 2008, p. 172).

Para Bresser Pereira (1998) a Carta de 1988 sacramentou princípios administrativos arcaicos, burocráticos ao extremo, centralizada e rígida. Ainda segundo o mesmo autor, privilegiou-se o modelo burocrático clássico, pois as tentativas de descentralização geraram práticas clientelistas, acentuadas após a redemocratização. Criticava ainda a concessão de privilégios aos funcionários públicos, como aposentadoria integral e estabilidade. Para os reformadores, a Constituição de 1988 reduziu a capacidade operacional do aparelho do Estado brasileiro. Portanto seria necessária uma mudança no nível constitucional para que se reformasse o Estado.

O Plano Diretor tinha como finalidade promover a transição do modelo administrativo burocrático para a administração gerencialista, que introduziria conceitos de eficiência e qualidade na cultura administrativa brasileira, inspirada em elementos da gestão empresarial, com controle pelos resultados e não pelos processos, esperando uma maior eficiência do Estado (BEHRING, 2008, p. 179).

Conforme Behring (2008) o fato de se explicar a crise contemporânea do capital como se localizada no Estado, representa uma simplificação e empobrecimento na discussão. Pois expressa um enfoque unilateral e limitado, impossibilitando uma visão mais realista do contexto. Partindo-se de uma visão mais global, Mandel (1990) conclui que as causas da crise estão na reação do capital ao ciclo de recessão. Essa reação vai assumir formas diferentes, em razão da particularidade de cada país, contudo

mantendo-se a característica básica de reformas de caráter liberal, pró-mercado.

No Brasil, como foi e está sendo engendrada a “reforma” do Estado, ainda segundo Behring (2008), reforça uma inserção passiva e a qualquer custo na dinâmica internacional, ao estilo das classes dominantes brasileiras, implicando em forte destruição dos avanços, mesmo que limitados, alcançados pelos processos de modernização conservadora, realizados no Brasil. Para a autora trata-se na verdade de uma “contra reforma”, pois busca levar o Estado de volta aos ideais da economia liberal.

No contexto de que o problema é centrado no Estado, apresentam-se sérias contradições, pois conforme o receituário da Reforma de Bresser Pereira, se por um lado o Estado deve passar por uma reformulação para torná-lo mais eficaz, com redução de custos, por outro, contudo, corrói os meios de financiamento do Estado brasileiro, deixando-o à mercê dos especuladores (BEHRING, 2008).

O que se nota no discurso da Reforma é um esforço em mascarar o seu caráter neoliberal, dando ares progressistas, para esconder seu perfil conservador.

Na busca pelo cumprimento de metas de superávit primário, ocorreu uma drástica redução nos gastos estatais, que atingiram especialmente os investimentos, as atividades-fim e os gastos sociais. Tal política gerou um acirramento, em 1999, dos conflitos sociais, com aumento nos índices de pobreza e desemprego. Outro aspecto da Reforma foi a criação das agências executivas e das organizações sociais, através de um Programa de Publicização, para execução de políticas públicas, favorecendo o crescimento de um setor público não-estatal para implementação das políticas sociais (BEHRING, 2008, p. 204-205).

O próprio Bresser Pereira (1998) alertava que um dos riscos da publicização seria a apropriação das organizações sociais por grupos e indivíduos que as usem como entidades privadas. Nos últimos dois governos neoliberais não houve discussão a respeito do caráter das reformas implantadas, que foram levadas a cabo por meio de reformas constitucionais aprovadas em um Congresso Nacional pouco interessado com os anseios e necessidades da população ou com o aperfeiçoamento da gestão pública.

A ideia de gestão surgiu com a Revolução Industrial na tentativa de solucionar problemas até então inéditos, como a produção em massa, a divisão do trabalho e a preocupação com o aumento utilizando-se do método científico. Conforme Souza Filho e Gurgel (2016), “gestão” e “administração” são sinônimos, podendo ser definida, de forma geral, como a “utilização racional de recursos para a realização de fins determinados”, ressaltando que tal racionalidade está de acordo com a utilização dos recursos da forma mais econômica, para atingir o fim pretendido.

Nesse contexto, deve-se destacar que o valor da gestão terá como parâmetro a sua finalidade. Se a finalidade da gestão referir-se à economia de recursos, tanto será mais eficiente, quanto menos gastar. Contudo, se a finalidade estiver relacionada com a qualidade prestação do serviço/produto, a gestão deverá buscar alcançar tal

objetivo, mesmo que em razão disso eleve os seus gastos.

De acordo com Souza Filho e Gurgel (2016), em ambos os casos deve-se buscar a economia de recursos, por ser inerente ao ato de administrar, contudo o tipo de economia e o *quantum* economizado dependerão da finalidade almejada. Tal situação assume grande relevo quando se tratar da gestão de serviços públicos, pois tal escolha da finalidade atenderá a um mandamento político, que será a de economizar recursos para pagamento de dívidas ou investimento em outras áreas, ou de se prestar um serviço de boa qualidade à população.

Para o sociólogo e jurista alemão Max Weber (2004), dentro de sua concepção de burocracia, o conceito de dominação é central e vai se referir a uma situação de mando e obediência. Diferentemente do sentido marxista do termo, que representa a dominação de uma classe sobre a outra. Segundo Souza Filho e Gurgel (2016), Weber destaca três tipos de dominação legítima, que ensejarão três diferentes modalidades administrativas: a carismática, a tradicional e a legal.

Na dominação carismática a relação de obediência leva em conta as características e personalidade do líder, conforme os mesmos autores, a relação com os adeptos, ou dominados, se dá num nível emocional. Por seu turno, a dominação tradicional está fundada em tradições, costumes e práticas presentes em dada cultura.

Conforme Souza Filho e Gurgel (2016, p. 49): “Diferentemente da carismática, a dominação tradicional tem como base, como o próprio termo sinaliza, a tradição, a cultura e ideologia construídas numa determinada sociedade”. Da dominação tradicional decorre o modelo administrativo patrimonialista, em que não há clara distinção entre o limite do público e o privado, sendo o patrimônio público gerido para satisfazer interesses particulares.

Por fim, no modelo legal, a condição de dominação é exercida pelo meio de normas e regras, reconhecidas e aceitas pelo grupo. O pressuposto da dominação legal é, portanto, um ordenamento racional e normativo e a ordem administrativa adequada a essa espécie é a burocracia (SOUZA FILHO e GURGEL, 2016). O modelo burocrático seria o ideal para a administração pública, pois teria um caráter mais impessoal e profissional, coibindo os excessos patrimonialistas.

Contudo, a crise de acumulação do capital das últimas décadas do século XX foi identificada pela ideologia neoliberal dominante, como uma crise do modelo do Estado de bem-estar social. Em tal contexto, gerou-se uma onda reformista visando à diminuição da participação do Estado na sociedade, apresentando como um de seus pressupostos a substituição do modelo burocrático de administração pública pelo modelo administrativo gerencial, por considerar aquele modelo, dispendioso e moroso. Tal movimento evoca um sentimento antiburocrático na sociedade, que passa a defender a aplicação de um modelo de gestão privado, tido como ideal, na coisa pública (RIBEIRO e LEDA, 2016).

Com o advento dos novos paradigmas gerenciais implantados na administração pública, os servidores públicos têm experimentado uma intensificação e precarização

do seu cotidiano laboral, com novas formas de controle, exercendo um domínio ideológico nos trabalhadores, que acabam por adotar valores e objetivo das instituições como se fossem seus, aceitando passivamente tal realidade (RIBEIRO e LEDA, 2016).

De acordo Motta (2013), nas últimas décadas do século XX, ocorreu o surgimento de um novo modelo de gestão pública, o *New Public Management* (NPM), que recuperou os ideais do liberalismo clássico, com orientação mercadológica. Os cidadãos seriam encarados como clientes, usuários de serviços. Os focos do NPM centraram-se no cliente, no gestor, nos resultados e nos desempenhos, de maneira similar aos princípios da gestão privada.

Contudo, ainda segundo Mota (2013), os ganhos do NPM foram moderados, pois por natureza a Administração Pública depende de consenso político para que seja inovada. Os gestores públicos são mais vulneráveis à política do que ao desempenho. Ainda Mota (2013), afirma que para a maioria dos cidadãos o acesso e a qualidade dos serviços públicos não apresentaram melhora, mantendo sua imagem de ineficiência.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reforma do Estado engendrada no Brasil tem, conforme acertadamente assinalado por Behring (2008), caráter de “Contra” Reforma, pois na verdade traz em seu bojo um retorno ao Estado da era anterior aos ganhos sociais dos princípios do Estado de Bem-Estar Social que, mesmo sem ter sido amplamente adotado no Brasil, inspirou algumas conquistas sociais.

O modelo contrarreformista traduz-se numa reação do capital no sentido da retomada das taxas de lucro, com a desregulamentação dos direitos conquistados e esvaziamento das funções do Estado, sobretudo no que se refere à questão social.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª edição, São Paulo; Cortez, 2008.

MANDEL, Ernest. **A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo; ed. Ensaio. 1990.

MOTTA, Paulo Roberto de Mendonça. **O Estado da Arte da Gestão Pública**. Rev. Adm. Empresas; Vol. 53 nº 1 São Paulo, jan/fev 2013.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Uma Reforma Gerencial da Administração Pública n Brasil**. **Revista do Serviço**. Ano 49 volume 1, jan/mar, p. 5-41. 1998.

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos e LEDA, Denise Bessa. **O Trabalho Docente no Enfrentamento do Gerencialismo nas Universidades Federais Brasileiras: repercussões na subjetividade**. Educação em Revista. Belo Horizonte, vol. 32 nº 4, outubro/dezembro 2016.

SOUZA FILHO, Rodrigo e GURGEL, Claudio. **Gestão Democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica**. São Paulo: Cortez ed., 2016.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. São Paulo. Ed. UnB, 2004.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-174-9

